



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 8 - 2017/2021

Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

Início da sessão: 15:30 horas

Términus da Sessão: 19:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Pedro Manuel Marques Jana, José Manuel Serra Ferreira, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Francisco Manuel Neto Dias Correia, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, António Vicente Alves Reis, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, Luis Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luis de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 8 - 2017/2021
18 de Dezembro de 2018**

-----INICIO-----

--- Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Análise e respetiva deliberação de contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros).**
- 3) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2019.**
- 4) Discussão e votação de Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2019.**
- 5) Discussão e votação de proposta de fixação de taxa de Direitos de Passagem.**
- 6) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**
- 7) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão as actas das sessões anteriores em falta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal José Manuel Ferreira inicia a sua intervenção referindo que vai apresentar uma Mação que foi elaborada pelos eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal e que tem a ver com pessoas que se dedicam à “causa pública” e, em seguida apresentou a seguinte Moção:

“ É nossa obrigação, enquanto eleitos locais, saber olhar para a “coisa pública” e contribuir com as nossas propostas e decisões para a melhoria da qualidade de vida

daqueles que representamos. É também nossa obrigação, talvez não menos importante, saber reconhecer quando há desempenhos que merecem ficar registados, simbolicamente, nesse património público que ajudaram a edificar. Um desses exemplos é João Matias Rito, que dedicou uma boa parte da sua vida a contribuir para o bem comum e especialmente ao nível do associativismo, como vereador, onde, quer com intervenção direta, quer com o seu impulso e entusiasmo, como ficou demonstrado em abril, no artigo do Dr. Fernando Monteiro, no jornal Voz da Minha Terra, lhe deu um impulso singular. O seu trabalho e a sua influência, que tinha muita, foram sempre mobilizados para obras de referência, por exemplo na freguesia de Ortiga, na Liga, Centro de Dia, Caminho do Tejo, Praia Fluvial e Parque de Campismo, entre outras, que lhe consumiram horas, dias, meses, mas que valeram a pena para essas obras e instituições que hoje existem nessa comunidade.

Assim, proponho que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal de Mação que atribua o nome de João Matias Rito ao Parque de Campismo Municipal de Ortiga, onde teve importância decisiva na sua construção.”

---O Sr. Presidente colocou à votação a admissão da Moção, que foi aprovada por unanimidade.

Em seguida colocou a referida Moção à discussão.

--- O vogal Rui Dias intervém para referir que nada tem contra o elogio que é feito ao Sr. João Matias Rito na Moção apresentada mas relativamente à proposta de atribuir o seu nome ao Parque de Campismo não concorda pelo facto que, em Ortiga é complicado a população aceitar nomes de pessoas nas ruas e exemplo disso foi, num passado recente a alteração do nome da Rua das Fábricas que, após algum tempo, voltou a ter a mesma denominação. Mais refere que só há duas ruas em Ortiga com nomes de pessoas e que este assunto deveria ser discutido em Assembleia de Freguesia. No entanto, como a competência da toponímia do concelho é da Câmara Municipal de Mação, a mesma é soberana para proceder da forma que melhor entender.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que não há qualquer dúvida que o Sr. João Rito foi um homem que muito trabalhou em prol da Ortiga e também reconhece que a competência para dar nome quer a ruas, quer a praças, é da Câmara Municipal que, por norma, nunca delibera sobre esta matéria sem antes consultar os órgãos autárquicos das freguesias. Continua referindo que existem centenas de pessoas que têm trabalhado em prol da Ortiga, ficando no anonimato que tem sido conscientemente, logo após o 25 de Abril, assumida a atitude de não dar o nome de

peças a ruas, praças ou largos e as poucas ruas que têm nomes de pessoas são muito antigas, foram assim denominadas pelas pessoas mesmo antes de serem atribuídos os topónimos das mesmas. Em seguida deu alguns exemplos demonstrativos desta situação que referiu. Termina referindo mais uma vez que a competência nesta matéria é da Câmara Municipal que tomará a decisão que entender e, neste momento, refere que se abstém completamente em relação a esta matéria.

--- O vogal José Manuel Ferreira inicia a sua intervenção referindo que, desde que entrou para as lides autárquicas, com trinta e poucos anos, sempre lhe fez muita confusão não haver um reconhecimento público absolutamente nenhum de ninguém, na freguesia de Penhascoso, em relação a beneméritos, que sendo reconhecidos poderiam ser um exemplo para outros, ou até em relação a outras pessoas que ofereciam coisas e nunca houve qualquer reconhecimento. Mais refere que, uma das coisas em que se empenhou foi em desenvolver um trabalho para tentar resolver essas questões todas, tendo resolvido grande parte delas. Reconhece que é extremamente difícil, mas temos de reconhecer que não podemos nivelar tudo por baixo e, embora haja opiniões contrárias, pessoalmente, conhece muito bem o trabalho do Sr. João Rito e, apesar desta proposta dizer respeito à freguesia de Ortiga, tem conhecimento do empenhamento dele noutras áreas, nomeadamente no início do Centro Médico que está a funcionar em Penhascoso, e que foi agora remodelado pela atual Junta de Freguesia. Refere que conhece muito bem a voluntariedade, o interesse e o bom trabalho do Sr. João Rito pela “causa pública” e, apesar de saber que esta é uma matéria é polémica mas considera que, como pessoas inteligentes que todos são, se deve nivelar por cima porque não devemos continuar a ignorar e a não reconhecer aquilo que foi feito e não se deve dar nomes após cem anos das pessoas morrerem pois nessa altura já ninguém sabe quem eram as pessoas.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que esta matéria é sempre polémica e considera que se devia deixar passar algum tempo antes de se tomar alguma decisão pois, no seu entendimento, as coisas ainda estão muito frescas. Refere ainda que conheceu uma grande parte do trabalho do Sr. João Rito, conviveu com ele e, apesar de reconhecer o seu empenho, tem de se reconhecer também que não foi sempre consensual. Reconhece que a Câmara Municipal é soberana para tomar a decisão que entender pois é sua esta competência da toponímia mas considera que deveria ser uma decisão mais consensual e que se deveria deixar passar mais uns anos antes de a tomar.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que na história do PSD em Mação e na história da Câmara pode-se verificar que não existe o hábito de andar a colocar nomes de Presidente de Câmara em equipamentos públicos que são inaugurados, é uma tradição que felizmente não chegou a Mação. Continua referindo que, na sua opinião, se há pessoa que teria merecido que a Escola Secundária tivesse o seu nome, seria o Sr. Elvino Pereira e, com toda a certeza ninguém iria contestar isso, mas ele, em vida sempre recusou ter o nome dele onde quer que fosse e um bocado “à traição”, o executivo liderado pelo Presidente Saldanha Rocha deliberou dar o nome de Elvino Pereira ao Centro Cultural, o que não lhe terá agradado seguramente mas não faz mal pois todos ficamos muito contentes, cada vez que ali vamos, ver o nome dele naquele lugar. Mais refere que o PSD tem sempre procurado ter alguma abertura para dar o nome a pessoas de outros partidos a equipamentos importantes de Mação, sendo exemplo disso mesmo o Campo Municipal Agostinho Pereira Carreira e o Polidesportivo Municipal Prof. José Maia Marques, nenhum deles do PSD e um deles ainda vivo, felizmente, propostas que foram aceites pela Câmara sem que fosse necessário deixar passar alguns anos. Refere ainda que gostaria de ver da parte do Partido Socialista a mesma abertura que houve por parte do PSD quando foi proposto nomes de militantes seus para equipamentos municipais. Continua referindo que teve várias divergências com o Sr. João Rito, pois o mesmo não era uma pessoa fácil de enfrentar e convencer, especialmente em defesa das freguesias do nosso concelho e da Ortiga em especial. Considera que poderá haver outras pessoas que mereçam o nome naquele equipamento municipal e com certeza que a Junta de Freguesia terá uma palavra a dizer no nome das ruas, das praças e dos largos mas neste caso estamos a falar de um Parque de Campismo que é do município, é financiado pela Câmara e está localizado na freguesia de Ortiga. Termina referindo que, se há pessoa que, enquanto vereador, foi muito responsável para que fosse possível construir aquele equipamento naquele local, foi sem dúvida, e é do conhecimento geral, o Sr. João Rito e esta é uma homenagem que nos fica bem fazer.

--- O vogal Rui Dias intervém para referir que é importante esclarecer que a sua posição não tem rigorosamente nada a ver com o facto do Sr. João Rito ser membro do PSD. Não contesta o que o Sr. João Rito fez por Ortiga, enquanto vereador da Câmara, mas considera que o mesmo o fez no âmbito do seu trabalho como vereador. Considera que esta questão deve ser decidida pela Câmara, que é o órgão competente e que a mesma

deverá solicitar parecer à Junta de Freguesia e a mesma também o fará junto da Assembleia de Freguesia.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que não gostaria que nesta Assembleia se discutisse o que foi a atividade do Sr. João Rito enquanto vereador, enquanto ortiguense e enquanto maçaense pois considera que este não é o local para o mesmo. Deixa a sugestão que a proposta desça à Câmara Municipal, que é o órgão competente e que deverá ouvir quem entender que deve ser ouvido nesta matéria.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que estas questões que envolvem pessoas são sempre delicadas e não é fácil a pronúncia sobre as mesmas. Mais refere que teve contacto com o Sr. João Rito somente na Assembleia Municipal, não conhecendo por isso em profundidade o seu trabalho, mas ouvindo o que os membros desta Assembleia têm dito e daquilo que o ouviu sobre o seu papel de representante da Assembleia no ACES Médio Tejo, sempre com muito entusiasmo, com certeza será merecedor desse reconhecimento através do Parque de Campismo, uma rua ou outra forma qualquer. Refere ainda que se apercebeu que esta questão é um bocadinho sensível e considera que poderia ser útil que, embora a Câmara tenha a competência nesta matéria, o assunto fosse discutido dentro da própria Ortiga.

--- O vogal Duarte Marques refere que compreende a intervenção do vogal António Cardoso Lopes mas refere que, com todo o respeito, só compete à Câmara tomar uma decisão sobre este assunto, o Parque de Campismo é um equipamento municipal que está localizado na Ortiga, a Câmara poderá ouvir quem entender e poderá mesmo decidir não fazer nada e não dar nome nenhum ao Parque de Campismo pois esta é uma competência da Câmara e é ela que deve decidir.

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a Moção apresentada foi aprovada por maioria, com oito abstenções.

--- O vogal António Cardoso Lopes apresentou o seguinte texto, subscrito pelos eleitos do Partido Socialista:

“EM DEFESA DA HONESTIDADE NA POLÍTICA

A desgraça dos incêndios ocorridos em 2017 veio, mais uma vez, demonstrar o elevado grau de solidariedade dos portugueses. Também os Membros desta Assembleia Municipal, por iniciativa do Partido Socialista (PS) e da pronta adesão do Partido Social Democrata (PSD), se solidarizaram com as vítimas de Pedrógão, doando o valor (+/- 60€) de uma senha de presença na Assembleia Municipal.

Passado um ano, a Comunicação Social, na nobre tarefa de informar “doa a quem doer”, destapou o enorme “manto” que cobria todo o tipo de compadrio e aldrabice que, infelizmente, vão grassando em muitos meios políticos.

Fazemos votos para que a Justiça esteja atenta, como o tem demonstrado noutras situações, averiguando e condenando, se for caso disso, quer Instituições quer indivíduos que na ânsia de arrecadar mais uns euros cometem todo o tipo de aldrabices em prejuízo do contribuinte, que cá está para arcar com a despesa.

Porque valorizamos a preocupação que esta Assembleia Municipal sempre tem demonstrado em desmascarar as situações de quem em proveito próprio se apodera de dinheiro público entendemos por isso, se depois de identificados os casos de Pedrógão e outros não for feita justiça, que, mais uma vez, se revela atual, aquilo que Guerra Junqueiro muito bem descreveu há mais de 120 anos: “um povo imbecilizado ... uma burguesia, cívica e politicamente corrupta até à medula”.

Em defesa da honestidade na política, fazemos votos para que situações como as descritas não se repitam.”

---O vogal António José Almeida intervém para apresentar proposta de que seja lavrado em acta um voto de pesar pelo falecimento, no passado dia 23 de novembro, do Sr. Virgílio Louro, pai do Sr. Vereador António Louro.

Colocada à votação, a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

--- O vogal João Luís Pereira apresentou a seguinte intervenção:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e membros da Assembleia Municipal de Mação.

A primeira palavra deste documento é: Reconhecimento 2017 e 2018 pelas metas alcançadas em Envendos com a articulação da CMM. Ser autarca em Envendos, é necessário ter nervos de aço, para trabalhar com homens de aço, para criar uma estrutura de aço. Há um sinal na matemática que tem sido meu companheiro ao longo da minha vida pessoal e profissional, é o sinal mais, mas ultimamente foge de mim, mas tudo farei para o alcançar. Há cerca de três semanas, o porta-aviões da Freguesia de Envendos, a navegar calmamente nas águas da Barragem da Pracana, inesperadamente foi atingido com três disparos, o que fez parar o motor de setenta e cinco cavalos, mas salvou-se, restando a funcionar o motor de cento e cinquenta cavalos.

A lei 75/2013 de 12 de Setembro aprovou o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das Entidades Intermunicipais, o regime jurídico de transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais e o regime jurídico do Associativismo autárquico.

Uma das atribuições conferidas aos Municípios é a promoção da salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias. As Freguesias dispõem igualmente de atribuições e competências em domínios bastante diversificados na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, e têm uma especial relação de proximidade que lhes confere uma posição privilegiada nessa missão. É inegável que, a par dessa posição privilegiada, as Freguesias de pequena dimensão, como acontece no Município de Mação, dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento de tal missão. Face a tal situação, considera-se de toda a justiça e superior interesse para o Município, que a Junta de Freguesia de Envendos seja ajudada no desenvolvimento das suas atribuições, segundo regras de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça. Considerando que uma Administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações, assim venho solicitar cooperação e solidariedade:

Com o final do ano de 2018 a chegar, é possível concluir que o orçamento de que a Junta atualmente dispõe, não permite acorrer a todas as necessidades urgentes da Freguesia.

Com efeito e embora reconheça e agradeça o apoio da Câmara Municipal de Mação no âmbito da obra da piscina, tal apoio visou o pagamento de fase de obras realizada antes do início do meu mandato, correspondente assim a trabalhos que já haviam sido realizados e ainda não se mostravam pagos. Nessa medida, há ainda trabalhos por concluir que impedem a utilização, em segurança, da piscina e que é urgente assegurar, sob pena do equipamento não poder vir a ser utilizado quando chegarmos ao Verão de 2019. No entanto, dada a dimensão dos mesmos, a Junta, por si só, não consegue assegurar o seu pagamento pelo que se mostra essencial o apoio da Câmara Municipal de Mação para a conclusão deste projeto que a todo o custo se pretende evitar que fique como uma “obra inacabada”. Acresce que, depois da conclusão da obra, seguir-se-á o

desafio da gestão da manutenção da piscina e da abertura de concurso para exploração do bar na época de Verão.

Para além da obra de conclusão da piscina de Envendos, existem ainda várias obras que poderão ser asseguradas, como é o caso da obra de finalização da sala de apoio para ginástica, vocacionada para a população sénior. Estamos perante uma Junta com uma área territorial de atuação muito grande e dispersa e que procura acorrer a todos os pedidos dos habitantes das diversas aldeias. Assim e de forma regular, temos realizando inúmeros trabalhos de manutenção necessários e obrigatórios, os quais geram custos contínuos difíceis de gerir num orçamento limitado.

A Junta de Freguesia sempre reconhece e continuará a reconhecer amplamente todo o apoio que tem recebido da Câmara Municipal de Mação e sem o qual não teria sido possível alcançar tantas metas como as conquistadas até agora. Hoje, a Junta continua a precisar de esse apoio pelo que apelo a que possam considerar estes pedidos, ajudando-nos financeiramente a concluir estes tão importantes projetos para a nossa freguesia. Para o ano de 2019 espero que os obstáculos sejam vencidos com a nossa coragem, o nosso trabalho, com a nossa força. Com muita esperança e confiança na continuação da construção de uma Freguesia sempre melhor para todos, porque só Juntos Município mais Freguesia faremos Envendos melhor. Muito obrigado. Feliz Natal para todos.”

--- O vogal Nuno Bragança inicia a sua intervenção fazendo uma referência à construção das Faixas de Baixa Densidade, nomeadamente na estrada de Mação para Ortiga. Considera que a construção destas Faixas é um sinal de que a Câmara continua a apostar na área florestal. Continua a sua intervenção felicitando a Câmara pela candidatura aprovada para disponibilização de wi-fi nos espaços e edifícios públicos. Termina a sua intervenção referindo que a requalificação dos arruamentos que está a ser realizada em Carvoeiro, pela Câmara, está a decorrer de forma positiva e dos troços concluídos tem recebido críticas muito positivas por parte da população sobre os mesmos.

--- O vogal Daniel Jana inicia a sua intervenção solicitando informação sobre em que ponto se encontra o Programa Jovem Autarca. Continua solicitando informação sobre ponto de situação de processo de empresa que tinha intenção de se instalar no Ninho de Empresas de Mação quando ainda desempenhava funções naquele local. Termina referindo que algumas vezes o entristece, enquanto maçaense, quando, enquanto município, somos alvo de críticas negativas nas redes sociais, na página do município e

não é dada resposta cabal às mesmas. Considera que deveria haver uma resposta cabal por parte do município pois são muitos os visitantes da página do município e era importante que essa informação fosse sempre dada.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção com uma palavra de reconhecimento ao executivo pela reparação da estrada da entrada de Aboboreira, nomeadamente junto ao lagar, que era uma preocupação sua várias vezes expressa nesta Assembleia e também junto do executivo. Continua referindo que foi também realizado o trabalho no Largo do Cemitério, que era mais uma das suas preocupações já aqui trazida e que está feito e bem feito. Ainda relativamente a uma outra das suas preocupações, a intervenção na povoação de Castelo, deixa o seu reconhecimento pelo trabalho que está prestes a ser concluído. Continua a sua intervenção referindo uma vez mais a questão das luminárias de iluminação públicas pois é confrontado muitas vezes pelas pessoas sobre este assunto, pois as que eram para retirar foram retiradas mas ainda não foram colocadas as que é necessário colocar pelo que solicita que este assunto seja resolvido o mais rapidamente possível. Relativamente às Faixas de Interrupção de Combustível que estão a ser construídas em algumas estradas do nosso concelho, solicita informação sobre se as mesmas vão ser construídas em todas as estradas municipais ou se a construção das mesmas obedece a algum plano de intervenção somente para algumas vias. Mais refere que é muito frequente verificar-se árvores queimadas caídas para as vias públicas, que prontamente têm sido retiradas pelos serviços da Proteção Civil Municipal mas como esta situação se verifica muitas vezes, colocando em perigo quem circula nas mesmas, questiona se não valia mais fazer uma pequena intervenção nestas estradas, abatendo as árvores em perigo de cair para a via. Em relação aos estradões municipais, questiona o executivo sobre o que está previsto, durante o ano de 2018, fazer nesta área, uma vez que o incêndio já foi há ano e meio, já foram retiradas as madeiras e talvez fosse agora uma altura propícia para se intervencionar, nomeadamente a área da freguesia de Aboboreira, onde os estradões já não são intervencionados há cerca de dez anos. Solicita informação sobre qual a taxa de ocupação do Ninho de Empresas e da Zona Industrial das Lamas. Termina a sua intervenção referindo que foi feito em junho de 2017 um contrato para limpeza das ervas nas aldeias, que tinha também a ver com a prevenção dos fogos florestais, mas neste momento, nos arruamentos das nossas aldeias existem ramos, folhas, terras e areias que não estão a ser limpas e, neste sentido, questiona sobre o que é que está previsto fazer nesta matéria.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre se existe algum regulamento municipal sobre ruído. Mais refere que a sua questão se prende com a existência da loja de comida e bebida que se encontra aberta 24 horas e que, devido à sua utilização, provoca bastante ruído que incomoda o descanso das pessoas que ali habitam. Mais refere que a legislação prevê que, em caso de não haver regulamento a fiscalização relativamente a este assunto deve ser feita pela entidade que licenciou o estabelecimento e questiona se foi a Câmara que licenciou o mesmo e também sobre o que se poderá fazer relativamente a esta questão. Continua solicitando informação sobre em que ponto está o nosso Plano de Emergência. Termina referindo o Manifesto por uma Floresta Não Discriminada, que defende o eucalipto, o qual foi assinado pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Vereador António Louro, e questiona se seria mesmo necessário envolver o Presidente da Câmara de Mação neste Manifesto. Refere ainda que, em declarações à Rádio Condestável o Sr. Presidente terá tido até uma posição um pouco arrogante que o chocou um pouco, quando disse: “Dirigindo-se àqueles que defendem a não existência do eucalipto, incita-os a irem mais longe e terem coragem de propor a erradicação completa da espécie. Isso seria de “coragem””. Mais referiu que, mais tarde, quando houver um incêndio, as pessoas não irão esquecer quem assinou um manifesto a defender o eucalipto. Quanto ao Sr. Eng^o Louro, que assinou o Manifesto enquanto Presidente da Associação Florestal, considera que o mesmo tomou a decisão que entendeu e estas são decisões que se tomam mas não as compreende.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para questionar sobre o que é que a Câmara ou as associações poderão fazer para ajudar os proprietários florestais que ficaram com as suas parcelas ardidadas para desenvolverem um projeto para plantar árvores que serviriam de tampão nos incêndios. Considera que deveria haver uma associação, dependente da Câmara para ajudar os proprietários florestais para as plantações referidas pois haverá muitos proprietários que gostariam de o fazer para criarem zonas de árvores bombeiras que criassem zonas de tampão nos incêndios.

Relativamente às obras de repavimentação dos arruamentos de Carvoeiro, refere que sentiu agrado por parte das pessoas daquela povoação pela forma como a obra está a decorrer. Pessoalmente, considera que está a ser bem feito, pois no entroncamento com a Rua Principal se tem a sensação, em termos visuais que aquela rampa não é tão inclinada, o que é bom.

--- O vogal José Fernando Martins felicitou a Câmara pela decoração natalícia feita nas rotundas de Mação que, sem muito gasto, está muito bonito e é abrangente, em toda a vila, uma boa ideia.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Relativamente à Moção que foi apresentada sobre dar o nome do Sr. João Rito ao Parque de Campismo de Ortiga, informa que a Câmara acolherá a proposta e após a receber irá analisar e tomar a decisão que, legitimamente entender que deve tomar em relação a esta matéria. E ainda sobre este assunto referiu que a Câmara tem respeitado sempre estas recomendações que vêm da Assembleia Municipal e não se lembra de ter gerado qualquer discussão nesta sala quando foi proposto dar o nome de Mário Coluna ao polidesportivo do Cerejal, que conste, não foi ninguém que tenha feito grandes obras pelo concelho de Mação, nem a Junta de Freguesia de Mação foi chamada a pronunciar-se sobre a matéria. Mais refere que, quando o nome do Prof. José Maia foi proposto pela bancada do PS, a bancada do PSD anuiu sem nenhum comentário e a Junta de Freguesia de Mação não foi questionada sobre esta matéria. Não quer com isto dizer que a Câmara não falará com a Junta de Freguesia de Ortiga sobre o assunto, e irá fazê-lo seguramente, porque gerou aqui uma polémica e estas coisas devem ser feitas com o máximo de consenso possível. Referiu ainda que o vogal João Filipe disse uma coisa que, com o devido respeito e sem dizer diretamente respeito à Câmara, pode não ser totalmente verdade, afirmando que, na Ortiga não se atribui o nome de ninguém a nada, quando a Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga atribuiu, e no seu entender, bem, o nome de Alfredo Daniel ao campo de futebol, há 3 anos. Em relação à proposta apresentada, a Câmara falará com os órgãos da freguesia e tomará a decisão que entender conveniente.

Continua referindo que se associa com o vogal António Cardoso Lopes na declaração política que apresentou da sua bancada, relativamente a esta matéria e acrescenta que tem a impressão e tem esperança que outras investigações que eventualmente sejam feitas àquela zona venham a produzir resultados ainda mais desagradáveis que aqueles que já foram produzidos em relação às investigações que estão a decorrer e que são já mais ou menos públicas.

Continua a sua intervenção referindo que se associa, em termos pessoais, e na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mação, ao voto de pesar, aprovado por unanimidade por esta Assembleia, referente ao falecimento do pai do Sr. Vereador António Louro.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos, refere que o mesmo tem perfeito conhecimento da postura do executivo sobre os apoios àquela freguesia e a algumas obras que pretende levar a efeito na mesma. Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia são responsáveis pelas obras que se propõem fazer e a Câmara acompanhará as mesmas, na medida do possível.

Em relação à requalificação dos arruamentos de Carvoeiro, informa que é intenção da Câmara requalificar toda aquela zona da povoação, que estava em mau estado e está a tentar que a obra seja feita da melhor maneira possível.

No que diz respeito à questão do vogal Daniel Jana sobre a possível instalação de mais uma empresa no Ninho de Empresas, informou que teve uma reunião com os responsáveis da mesma na qual entregou alguns documentos para análise e o processo está em andamento. Em relação às redes sociais e às críticas nelas inscritas refere que, umas vezes responde e outras entende que deve ignorar pois entende que, quem faz críticas legitimamente nas redes sociais, fá-lo com a intenção das mesmas serem conhecidas por muita gente e de publicitar a sua crítica e se tivesse o interesse genuíno que as coisas melhorem e a resolução dos problemas, teria outras formas de expressar a sua crítica à Câmara, por email, telefone ou mesmo pessoalmente pois todos nos conhecemos e nos cruzamos diariamente na rua.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias informou que os trabalhos do saneamento estão a terminar e já está a ser preparado o concurso para a requalificação dos arruamentos daquela povoação.

Em relação às árvores que estão a cair para as vias públicas, é preciso saber que a responsabilidade é dos proprietários das mesmas e temos de ter muita cautela nesta matéria porque, a partir do momento em que começemos a cortar algumas, que não sejam as já caídas, teríamos de cortar todas. Tem de haver também uma preocupação por parte dos serviços da Câmara no sentido de tentar identificar os proprietários das zonas mais críticas para se fazerem essas intervenções. Relativamente à questão das limpezas das folhas e areias das estradas nas povoações, agradece a atenção e o cuidado relativamente a esta matéria que terá de se encontrar forma de resolver pois o contrato estabelecido não previa em concreto estas situações. Relativamente ao Ninho de Empresas informou que, neste momento, estão oito empresas a funcionar naquele espaço e mais duas empresas já apresentaram as respetivas candidaturas, ficando três pavilhões libertos. Em relação às rotundas agradece as felicitações e refere que as mesmas devem ser endereçadas às pessoas da Câmara que, de forma voluntariosa e

com a coordenação da Sr^a Vereadora Margarida Lopes, entenderam por bem levar a efeito estas decorações, após o horário de trabalho e efetivamente resultaram bem.

Relativamente à intervenção do vogal António Reis, informou que a Câmara não tem regulamento municipal de ruído e mesmo que o tivesse não alteraria nada pois é do conhecimento das pessoas que, segundo a regulamentação geral, a partir das 22 horas não se pode fazer barulho nem se podem realizar certas atividades e aquela loja não foi licenciada pela Câmara pois aquele espaço não depende de licenciamento municipal, não tem horário de funcionamento pelo que a Câmara não licencia. Mais refere que o problema do barulho que acontece aqui também acontece noutros locais do país com lojas daquele género e haverá com certeza formas legais de resolver o assunto pois a loja tem um proprietário e o prédio tem um condomínio e terão de resolver o problema.

Em relação ao Plano Municipal de Emergência, o mesmo está em vigor e tem sido cumprido por parte das entidades.

Relativamente ao Manifesto que assinou, informa que fez questão de dizer a quem o contactou no sentido de assinar o mesmo, que o fazia em nome individual e que aquela assinatura o vinculava e não vinculava a Câmara e por isso, no mesmo vem Vasco Estrela, autarca e não Câmara Municipal de Mação como acontece com as Câmaras que lá vêm. Assim, a responsabilidade é sua e as críticas devem ser dirigidas a si e não à Câmara Municipal de Mação. Em relação à questão do eucalipto mais em concreto, refere que Aldeia de Eiras, a terra do vogal António Reis, já ardeu mais do que uma vez e nunca foi por culpa do eucalipto pois não havia lá eucaliptos. Refere ainda que esta posição de radicalismo não nos estão a levar a lado nenhum e todos sabemos que há muitas pessoas no concelho de Mação que entendem que, para a sua economia e para rentabilizarem os seus terrenos é importante haver os eucaliptos e têm todo o direito. Assim, considera que as críticas que lhe foram dirigidas deveriam ser, provavelmente dirigidas a outras pessoas pois, pessoalmente, nunca plantou eucaliptos, mas não condena aqueles que o fizeram porque não alinha na demagogia de que o eucalipto é que é o “diabo” e o resto é tudo bom. Refere ainda que esta zona que ardeu chamava-se pinhal interior e não eucalipto interior, e ardeu o pinhal, por isso vir dizer que a culpa dos incêndios é dos eucaliptos é uma falácia e as pessoas sabem que é uma falácia. Aquilo que o manifesto diz é que as coisas têm de ser feitas com conta, peso e medida e ninguém diz que se deve por eucaliptos em tudo o que é sítio, como em tudo na vida é preciso bom senso e ponderação e é isso que está expresso no manifesto e por isso assinou o mesmo, em nome pessoal.

---O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção agradecendo o voto de pesar que foi aprovado unanimemente nesta Assembleia Municipal pelo falecimento do seu pai, momento que lhe foi particularmente difícil pois perdeu o melhor pai do mundo, o seu.

Continua a sua intervenção referindo que, relativamente às Faixas de Interrupção de Combustível, nós temos de perceber que estamos num momento de charneira, tivemos grandes incêndios, agora não temos mato, mas o mato vai voltar e, nestes locais, à beira dos caminhos onde agora parece que não está nada, estão milhões de pinheiros a nascer e com esta gradagem o que estamos a fazer é que os pinheiros naquele local morram já e é mais fácil essa gestão agora que eles têm 10 cm que quando tiverem um metro. Estamos estrategicamente apostados em marcar estas faixas como já tínhamos antes dos incêndios pois estes locais de contenção podem ser muito importantes quer para quem circula na via quer para as forças que fazem o combate se os souberem utilizar. Nas áreas não atingidas pelos incêndios de 2017, logo de imediato se começou a fazer a manutenção dessas faixas, apesar de termos feito uma candidatura para o efeito que foi chumbada, e, com os recursos do município já fizemos mais de metade das faixas da área verde e contamos em 2019 ter as faixas todas dos 15 metros nas estradas alcatroadas da área não atingida pelos incêndios de 2017 fortemente melhoradas. Mais informou que as Faixas de Interrupção de Combustível são uma ideia nova do Governo, posterior a 2017 e nos 10 metros de cada lado das estradas não podem ficar nem pinheiros nem eucaliptos nenhuns o que considera ser exagerado mas que tem de ser cumprido para se poder receber o apoio para as construir. Isto é difícil de explicar aos proprietários e é difícil de aceitar para eles o que dificulta muito a execução destas infraestruturas, mas não temos margem de manobra neste caso.

Relativamente às árvores ardidadas que estão a cair para a via pública, em 2003 esse trabalho foi feito e foram cortadas todas as árvores que estavam em perigo de cair para as vias mas as coisas alteraram-se e a legislação é claríssima, a responsabilidade dessas intervenções é dos proprietários. Mas candidatámos essas intervenções a uma medida e vamos ter fundo para as realizar só que é um processo longo e pesado e que ainda não está no terreno, mas o que pretendemos fazer com essa candidatura é, nas áreas ardidadas, passar com máquinas e fazer dois trabalhos, um que é matar aqueles pinheirinhos que estão a nascer encostados às estradas e nivelar o mais possível os terrenos para facilitar a sua manutenção para o futuro. Assim, o que estamos a fazer é

preparar para que todas as estradas alcatroadas fiquem com uma faixa sem árvores a nascer e seja mais fácil a sua manutenção no futuro.

Em relação aos estradões, refere que os estradões fazem muita falta no combate aos incêndios e para retirar madeira e nos próximos anos não vamos precisar deles para o combate pois o risco vai ser relativamente baixo e a extração da madeira está quase concluída pelo que serão reparados os locais onde não se circule, onde haja necessidade de intervenção urgente e dar atenção às áreas verdes, que neste momento já estão bastante bem e teremos que dosear o esforço no sentido de saber o que é urgente e necessário fazer e para isso cá estaremos.

Relativamente ao Manifesto dos eucaliptos refere que é necessário ler o mesmo com atenção. Mais refere que estamos a viver uma enorme mentira, a culpa dos incêndios não é dos eucaliptos, a culpa é de um país que não olha para si, não antecipa o que está a acontecer no território, não percebe que não tem cá pessoas, que não faz sentido manter propriedades e não planeia nem articula políticas, não articula o território para acabar com isto. Os fogos só têm uma origem que é o excesso de combustível acumulado na paisagem. O primeiro fogo aconteceu sem eucaliptos mas aconteceu e o segundo aconteceu quase sem eucaliptos mas também aconteceu. Por exemplo, o Carvoeiro ardeu pela primeira vez em 2017 e o eucalipto é uma coisa residual na paisagem e por a culpa desse incêndio ao eucalipto é a maior falácia de todas. Os eucaliptos podem ser mal postos ou bem postos e muitos dos eucaliptos que temos no concelho foram mal postos e não deviam ter sido postos naqueles locais mas não é o eucalipto que tem a culpa de nada, é a gestão que a sociedade faz do eucalipto que pode piorar ou atenuar o problema. A asneira está em ter a paisagem só coberta de pinheiros e eucaliptos, nós precisamos das áreas de agricultura, das áreas de pasto, das cabras, das áreas de baixo combustível e provavelmente precisamos de ter limoeiros, marmeleiros, figueiras, mas numa escala diferente daquela que foi no passado, não podemos ter 5 limoeiros, teremos de ter 5 hectares para podermos ter quantidades para irmos para o mercado e precisamos desses limoeiros na paisagem para fazerem um grande corta fogo. Mais refere que duma coisa tem a certeza, não haverá intervenções na floresta sustentáveis se elas não forem economicamente sustentáveis e para isso o eucalipto é essencial porque é uma cultura que nos permite ter rendimento num curto espaço de tempo, permite-nos ter pouca biomassa por baixo e quando está colocado nos sítios certos e é bem gerido até faz das áreas de eucalipto as áreas menos perigosas para os grandes fogos. O país está a viver uma falácia ao querer que o

eucalipto seja o culpado disto tudo porque não é verdade, a culpa é da sociedade e da forma como não tomámos as decisões certas há 30 e 40 anos e não fizemos o planeamento da paisagem e a forma como não percebemos que os nossos agricultores iam morrer e que nós íamos ter uma vida diferente e devíamos termos organizado de maneira diferente e não o fizemos.

Termina referindo que assinou o Manifesto dos eucaliptos porque lá vem dito que a culpa dos fogos é disto tudo e não da árvore em si. Mas não defende os eucaliptos em todo o lado e de toda a maneira e que os proprietários não devem plantar eucaliptos em propriedades de mil metros quadrados, em encostas porque esses investimentos não são sustentáveis. Considera que temos de utilizar o eucalipto como um trunfo jogado no momento certo para podermos ganhar o jogo.

---O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias relativamente à colocação de luminárias, já foram iniciados os trabalhos de dar resposta às diversas situações identificadas no que diz respeito à reposição de luminárias ou colocação das mesmas em locais onde foi identificada a sua necessidade. Mais informou que os trabalhos tiveram início na povoação de Mação por uma questão de proximidade e vai diligenciar para que os mesmos decorram o mais rapidamente possível.

--- A Sr.^a Vereadora Margarida Lopes intervém para informar que, relativamente ao Programa Jovem Autarca de Mação, foram recebidas 3 candidaturas, sendo que, nos termos do Regulamento, as eleições seriam para eleger as melhores 5 candidaturas, a Câmara Municipal de Mação deliberou não proceder às respetivas eleições e aceitar as 3 candidaturas e juntá-las. Mais informou que foi decidido que os 3 jovens candidatos formarão um executivo e trabalharão em conjunto. Informou ainda que os jovens já começaram a trabalhar, vão fazer reuniões mensais na Câmara, onde têm um espaço para tal. Já conheceram o executivo numa reunião de Câmara e na primeira reunião que realizaram em novembro já começaram a trabalhar e tomaram conhecimento da legislação que rege as Autarquias Locais para perceberem o funcionamento da autarquia. Referiu ainda que os jovens estão de parabéns, fizeram o trabalho de casa e é bom perceber que são pessoas atentas, temos massa crítica e fizeram propostas válidas de acordo com os seus gostos e com aquilo que consideram ser as necessidades para o nosso município.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto

1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e respetiva deliberação de contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros).**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade solicitar propostas para podermos contratualizar um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), verba esta que será utilizada para fazer face aos 40% que a Câmara tem ao seu encargo relativamente às obras previstas no Fundo de Emergência Municipal. Relembra que a Câmara, a cumprir todo o programa que está assumido, tem ao seu encargo mais de um milhão de euros relativamente a esta matéria. De forma a não onerar a nossa tesouraria de forma a que nos impossibilite quase de fazer a gestão daquilo que há para fazer em termos municipais, o executivo entendeu solicitar à Assembleia Municipal que autorize a contratação deste empréstimo. Para o efeito e nos termos da Lei foram consultadas as quatro entidades bancárias com representação no concelho de Mação, todas responderam e analisadas as propostas concluiu-se que a Caixa de Crédito Agrícola é a entidade que apresenta melhores condições e nesse sentido aquilo que a Câmara propõe é que a Assembleia possa aprovar a contratação deste empréstimo a esta entidade.

---O vogal Duarte Marques intervém para referir que este empréstimo significa uma parte do prejuízo que o concelho de Mação terá com a falta de tratamento igual a outros concelhos que foram afetados pelos incêndios de 2017, ou seja, esta é a primeira parcela que os munícipes de Mação vão ter de pagar, neste caso com um empréstimo para pagar aquilo que noutros casos equivalentes foi pago por fundos europeus, ou seja, os munícipes de Mação, só neste caso, já estão a pagar mais 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros) que outros municípios que tiveram ajuda do Estado. Termina referindo que espera que, em consequência do processo da Câmara contra o Estado

este dinheiro venha a ser recebido pela Câmara Municipal assim que nos derem razão na justiça e nos tribunais.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2019.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Quadro de Pessoal da Câmara, não estão previstas alterações a este Quadro no próximo ano, resolvida que foi a integração no Quadro dos trabalhadores que tinham vínculos precários e finalizados os procedimentos concursais que tinham sido abertos. Mais informou que a Câmara tem duas pessoas em regime de mobilidade e prevê-se que mais duas possam vir a estar a breve prazo e, neste momento estamos a passar uma fase difícil em termos de pessoal, mas entendeu que deveria autorizar que estes funcionários fossem para o Regime de Mobilidade se isso é importante para a sua vida e para a sua realização.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2019.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a primeira nota sobre este documento é assumir perante a Assembleia que este Orçamento, que o executivo espera que seja aprovado, é um Orçamento que terá uma Revisão Orçamental em Fevereiro por força daquilo que acabaram de aprovar e integração do empréstimo e do saldo de gerência. Continua referindo que é, ao longo de todo o documento assumido muito claramente que estaremos perante um ano extraordinariamente difícil em termos de trabalho e de execução do Orçamento e daquilo que a Câmara tem para fazer. Há todo um conjunto de trabalho que vai ser necessário desenvolver ao longo dos próximos dois anos que exigirá, por parte da Câmara, um esforço maior do que o que tem sido habitual, pois há um conjunto de oportunidades que o executivo entendeu que deve fazer um esforço suplementar para não deixar escapar e que surgiu, infelizmente, fruto da desgraça que se abateu sobre nós em 2017. É também

assumido no documento que o processo de descentralização de competências é algo inevitável e quer queiramos, quer não, em janeiro de 2021, as nossas competências serão assumidas pela Câmara, o que implicará para o município mais umas dezenas de funcionários, mais umas dezenas de condições de trabalho diferentes e, tudo isto junto, chegaremos ao final deste mandato com uma Câmara e um Concelho um pouco diferentes e espera que para melhor. Mais refere que importa desde já começar a trabalhar para a concretização dos objetivos propostos e é isso que o executivo está a fazer com as candidaturas já submetidas mas, apesar disso não nos desviaremos daquilo que eram as nossas ambições para este mandato, nomeadamente a melhoria dos apoios sociais, melhorar as condições para a atividade económica, valorizar os nossos recursos, a educação, a cultura, promover a participação cívica, tudo isso continuará a ser o nosso objetivo a par das áreas de atuação que vêm refletidas neste documento. Refere que o executivo tem tido, ao longo dos últimos anos uma tentativa clara e reconhecida de um conjunto de apoios sociais à família, às associações, aos agentes económicos que também nos pode colocar perante as pessoas com alguma tranquilidade com a consciência de termos tentado, ao longo dos anos, encontrar equilíbrios para as pessoas atingirem um conjunto de objetivos e que a Câmara tem colaborado nessa matéria.

Relativamente à Ação Social, refere que não pode deixar de referir que é uma área com a importância que todos sabem no nosso concelho e que viveremos em 2019 com uma realidade também ela diferente daquela que temos vivido nos últimos anos, em resultado também daquilo que é a presença ainda hoje no território de dois programas que deixarão de estar, um a partir de janeiro e outro de abril e isto obrigará a Câmara a assumir aqui, pelo menos, uma postura de maior atenção nesta área. Mais informou que já foi submetida a candidatura para o CAO, o projeto de requalificação do antigo quartel dos Bombeiros está pronto e é uma obra que tencionamos iniciar tão breve quanto possível, independentemente dos problemas que estão a surgir e que são públicos, com a entidade que seria parceira da Câmara nesta matéria, que era o CRIA de Abrantes. Manteremos o apoio às Ipss's e por proposta do Sr. Vereador do PS, iremos proceder à contratação de um nutricionista para ajudar as Ipss's e a comunidade em geral.

Em termos de Educação e Cultura refere que, independentemente daquilo que vier a se a descentralização, a Câmara manterá o apoio ao Agrupamento de Escolas e a toda a comunidade educativa, continuando a fazer um esforço financeiro para que o nosso Agrupamento tenha o conjunto de alunos que tem.

Relativamente ao projeto do nosso Museu, refere que estamos também empenhados em continuar esta aposta que, independentemente de várias considerações que possam ser feitas relativamente à mesma, o executivo considera que é um projeto importante para o concelho e neste âmbito está prevista uma Rede Nacional de Arte Rupestre onde Mação poderá vir a estar incluído. Mais refere que o executivo irá promover ao máximo a discussão em torno do nosso concelho e daquilo que somos e daquilo que fazemos. Refere ainda que o executivo vai continuar o apoio às associações, que, de uma forma clara e muito objetiva promovem várias iniciativas culturais ao longo de todo o ano e complementam muito daquilo que a Câmara faz.

Em termos de obras mais visíveis, está em curso a obra do Núcleo Museológico de Ortiga, temos a expectativa que a obra do Castro de São Miguel possa também ser iniciada durante o próximo ano e temos também quase a certeza de que parte da requalificação da Escola Básica de Mação possa ser feita no segundo semestre do ano de 2019.

Relativamente ao empreendedorismo, refere que o executivo tem sempre aquela expectativa de que temos obrigação de fazer mais e melhor pelos nossos empresários e com sinceridade este executivo entende que foi quase ao limite daquilo que nos seria exigível em termos de apoios, quer em elaboração de candidaturas, disponibilização de espaços para desenvolverem a sua atividade económica, apoio às infraestruturas das empresas, e por isso, temos tentado, de forma muito clara fazer a nosso parte.

Mais informou que está a ser iniciado o processo para o alargamento da Zona Industrial das Lamas e deixar a porta aberta para apoiar noutros locais, empresários que se queiram instalar no nosso concelho.

Em relação à floresta e ao Sistema Agroflorestal, refere que, para além do que tem de ser feito no âmbito das candidaturas que estão submetidas para o pós-incêndios, e aquilo que são as Faixas de Interrupção de Combustível, a Câmara continua a subscrever na íntegra tudo aquilo que o vereador Louro vem dizendo ao longo dos anos e a acreditar naquilo que sempre foi defendido.

Mais informa que, neste documento, é também feita uma referência ao projeto da agricultura biológica que está em desenvolvimento e que esperamos possa vir a ser concretizado em 2019.

Em relação aos nossos recursos, refere que tem também sempre referenciado a importância dos recursos que o município tem, seja na paisagem, seja no rio, sejam os espaços de memória, seja tudo aquilo que é desenvolvido pelas associações, pelas

Juntas, pelos empresários e basicamente o que tem de haver é uma articulação e uma conjugação de esforços no sentido de promover aquilo que é nosso da melhor maneira possível.

Em relação à Reabilitação e Manutenção das Infraestruturas e do Património, refere que já falou um pouco daquilo que o executivo perspectiva vir a fazer em 2019, em obras novas, manutenção de arruamentos e outras obras de manutenção necessárias no nosso concelho. Mais refere que as candidaturas submetidas pela Câmara e o prazo que é dado para as concretizar obrigará a um esforço maior nessas áreas e que poderá aqui ou ali condicionar outro tipo de situações que possam vir a surgir.

Relativamente aos Serviços refere que vai haver um esforço que nós todos, enquanto estrutura, teremos de fazer nos próximos dois anos e haverá também seguramente alterações dos serviços com a integração na futura empresa intermunicipal de águas e saneamento.

Refere ainda que a exigência terá de ser de todos nós, em primeiro lugar dos políticos pois têm a responsabilidade de incentivar e tentar que as pessoas que aqui trabalham tenham motivação para que as coisas possam resultar bem.

Relativamente ao Orçamento propriamente dito, refere que o mesmo tem um ligeiro aumento relativamente ao inicial do ano passado, tem um aumento quer de receitas de capital quer de receitas correntes e o mesmo se passa em relação à despesa por razões mais ou menos óbvias. Em termos daquilo que são os gastos previstos para 2019, há uma grande semelhança com o que estava previsto para 2018 e está previsto para 2019 e que está em linha com aquilo que tem sido a execução orçamental ao longo do ano.

Termina referindo que o executivo pensa que estão reunidas as condições para a execução deste Orçamento de acordo com aquilo que são as expectativas pois tem tido uma gestão equilibrada e o Orçamento para 2019 vai muito nessa linha pelo que considera que este documento deve ser aprovado.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que este Orçamento é muito semelhante ao anterior e as diferenças nos números são muito pequenas. Relativamente ao apoio social, considera que o mesmo é bom e reconhece que é uma das coisas que a Câmara de Mação tem. Em relação ao Castro de São Miguel, questiona se já terminou o desacordo com a Câmara de Vila de Rei relativamente àquele monumento. Relativamente aos herbicidas refere que não compreendeu bem se a Câmara vai mesmo comprar uma máquina que não use herbicidas para matar as ervas e se assim for, então votará favoravelmente este Orçamento.

Refere ainda que este Orçamento apresenta uma rubrica de Outros com um valor de 2.600.000,00€ (dois milhões e seiscientos mil euros), que considera escabroso e que nem sabe se pode existir uma rubrica de Outros tão elevada, quando as regras orçamentais definem que os Outros devem ser quantias residuais e solicita explicação para este facto. Termina solicitando informação sobre se os transportes escolares são pagos em FEF ou de outra forma pois não conseguiu perceber no documento.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que este documento, quanto à forma, primam pela organização e pela apresentação, é de leitura fácil e mesmo quem não está familiarizado com estes assuntos, consegue facilmente entender. Continua a sua intervenção referindo que, quem está em contacto com a contabilidade pública, sabe que há classificações económicas que não podem ter rubrica e têm de ser classificados em Outros.

Refere ainda que este documento, quanto ao conteúdo, é um Plano e um Orçamento completamente honesto pois nele vêm expressas as áreas fundamentais que, desde o início do mandato, ancoram a atividade da Câmara e em política tem de haver honestidade.

Termina referindo que este Orçamento é também muito detalhado nas ações propostas e que tem todas as condições para ser aprovado unanimemente.

---O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que o Plano deveria estar paginado para melhor manuseamento e encontrar os assuntos a que se quer fazer alusão no mesmo. Continua solicitando informação sobre se a entidade de gestão de águas e saneamento em baixa que vai ser criada terá algo de coincidente com a CIMT e se terá alguma incompatibilidade com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Continua reconhecendo o trabalho da Câmara na área social e, nesta área deixa a sugestão se a Câmara poderia estabelecer protocolos com as clínicas dentárias a funcionar em Mação, para proporcionar tratamentos dentários a preços mais reduzidos às pessoas com mais dificuldades.

Considera positiva a instalação da base logística de armazenamento e embalamento de produtos de agricultura biológica no Centro de Negócios de Mação e questiona sobre número de postos de trabalho que serão criados com a instalação desta base.

Relativamente à visita promovida a Fuentes de Leon, solicita informação sobre se as associações foram convidadas e se alguma participou nesta visita.

Refere que é com agrado que verificou que o investimento com o PDM termina em 2019, sendo assim um sinal que o mesmo terá a sua revisão terminada no referido ano.

Relativamente ao Orçamento, refere que a descrição dos itens, relativamente ao mesmo, ainda estão aquém daquilo que seria desejável.

Termina referindo que, relativamente à rede viária, o Carvoeiro desde sempre, teve uma ligação por estradas municipais e, ao não ver neste Orçamento uma verba específica para a recuperação e requalificação da ligação, nomeadamente do entroncamento que vai para o Vale da Mua até ao Carvoeiro, considera que o mesmo está muito aquém da equidade na ligação das sedes de freguesia e da sede de concelho.

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que considera, como foi também afirmado pelo Sr. Presidente, que vão haver problemas na área social no ano de 2019 e deixa a sugestão à Câmara para que dote o seu Gabinete de Ação Social de mais meios pois a Segurança Social não vai ter capacidade para resolver os problemas existentes.

Considera que o documento é bastante perceptível mas relativamente à requalificação de arruamentos e rede viária, gostaria que as intervenções estivessem referenciadas no mesmo e isso não se verifica.

Em relação à utilização de herbicidas, refere que gostaria de ver plasmado no documento que a Câmara iria adquirir um equipamento alternativo à utilização de herbicidas e apesar de só estar expressa no documento a probabilidade do mesmo ser feito, espera que o mesmo se venha a verificar.

Relativamente ao Orçamento propriamente dito, refere que há uma rubrica denominada “concessões” e solicita explicação para a mesma pois não conseguiu perceber do que se trata.

Solicita informação sobre se já existem contratos assinados com a APA para algum projeto aprovado.

Na parte da despesa, verificou uma rubrica de “mercadorias para venda”, na qual está inscrita “eletricidade” e solicita explicação para este facto pois considera que a Câmara não vende eletricidade.

Relativamente à rubrica outros, compreende que é uma verba muito elevada em termos de Orçamento mas a mesma encontra-se descrita em PPI, faltando somente o desdobramento das obras.

Termina referindo que fica triste com a verba destinada às Juntas de Freguesia, pois a mesma é praticamente residual e gostava de ver aqui uma verba mais substancial.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção congratulando-se com a aceitação de proposta do Sr. Vereador do PS e consequente contratação de um nutricionista cujo

trabalho considera de extrema importância para as instituições todas do nosso concelho e não somente as que trabalham com idosos pois a alimentação é importante para todos.

Em relação aos herbicidas, acredita que a Câmara irá adquirir um equipamento que não utilize herbicidas pois acredita que a Câmara não é alheia a esta matéria.

Relativamente à empresa intermunicipal de águas e saneamento e com a criação da mesma, questiona sobre o que se pensa fazer relativamente à nossa participação na Valnor.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção agradecendo o reconhecimento pelo bom trabalho que a Câmara desempenha na área social.

Em relação à questão do vogal António Reis sobre a obra de requalificação do Castro de São Miguel, informou que, antes de avançarmos com o projeto para a referida obra, houve conversações com a Câmara de Vila de Rei, nas quais foi reconhecido que cerca de 30% do Castro está no território do Concelho de Vila de Rei. Considera que haverá uma boa resposta para os dois municípios e lembra que este projeto foi elaborado por impulso da Direção Geral do Património Cultural e não da Câmara de Mação, apesar de o considerar importante para a freguesia de Amêndoa e para o concelho de Mação.

No que diz respeito ao equipamento para matar as ervas sem herbicidas, refere que a forma como está escrita no Plano não quer dizer que não vai ser adquirido.

Relativamente à rubrica Outros, a mesma está refletida em orçamento, como já foi respondido pelo Sr. Presidente da União de Freguesias, e nomeadamente só para o Fundo de Emergência contra Incêndios, está inscrito mais de um milhão de euros.

Em relação à empresa de águas e saneamento, informa que o projeto nasceu na CIMT mas nem todos os municípios vão integrar o mesmo e não haverá qualquer incompatibilidade com a gestão de água em alta às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Em relação à questão da Saúde Oral, informou que a Câmara assinou recentemente um protocolo com o Ministério da Saúde para essa matéria onde assumimos um compromisso de um investimento de cerca de 14.000,00€ para, no Centro de Saúde serão feitas consultas permanentes de saúde oral para os mais carenciados.

Relativamente à visita a Fuentes de Leon, foram convidados empresários e associações tendo ido somente alguns representantes de algumas associações.

No que diz respeito ao PDM, informou que o mesmo já está a ser revisto e no novo PDM virá englobado o Plano de Gestão Florestal.

Em relação às estradas nacionais, as acessibilidades ao Carvoeiro não são nacionais, relembra que no mandato passado foi feito um grande investimento na estrada de Maxieira/Venda Nova porque aquela via estava muito necessitada e também porque é uma via estruturante e garante que, a breve prazo, a estrada referida pelo vogal António Cardoso Lopes irá ser arranjada desde o cruzamento de Vale da Mua e Carvoeiro.

Na questão sobre as concessões, informa que se referem às barragens, rede elétrica da EDP, Parque Eólico.

Relativamente à APA, informa que a Câmara tem contrato celebrado e já foram transferidos para a Câmara 300.000,00€. Mais informa que a Câmara tem também já contratualizadas duas obras no âmbito do PARU e também já estão assinados os contratos do FEM.

No que diz respeito à questão da eletricidade, informa que é o valor que a Câmara gasta em energia elétrica mas esteve sempre assim classificado pelo que pensa ser assim mesmo, mas vai confirmar com os técnicos.

Relativamente às verbas para as freguesias, refere que este valor poderia ser diferente mas garante-lhe que não é por causa deste valor que a Câmara deixará de apoiar as Juntas de Freguesia conforme tem feito nos anos anteriores.

Termina informando o vogal João Filipe que, relativamente à Valnor, aquilo que acontece é que cada um dos municípios tem o seu local de depósito dos resíduos e aquilo que está previsto, nesta fase, é a entidade gestora continuar a ir depositar naqueles locais até porque há contratos que estão ainda em vigor e que terão de ser respeitados.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

---O vogal António Reis apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente ao Orçamento para o ano de 2019, por dever de lealdade com a bancada do Partido Socialista.

Independentemente da declaração conjunta da Bancada do PS, que assinei, faço esta declaração para reforçar o meu ponto de vista sobre aquilo que tenho dito e que é a minha convicção. Um voto a favor de um Orçamento que não é o do meu grupo /partido só contendo uma significativa participação da nossa parte. Tal não sucedeu com este orçamento para o ano 2019.

Ora o documento em apreço terá os seus méritos mas não é pela de introdução de propostas do Vereador do Partido Socialista em modo hipótese, ou de que logo

pensaremos nisso, tal como a transcrição das notas do relatório que acompanha o orçamento:

- Envidaremos esforços no sentido de não utilizar herbicidas na área geográfica do nosso Concelho adquirindo equipamento para o efeito”
- Estudar a viabilidade da disponibilização dos serviços de nutricionista para colaboração no plano local de Saúde.
- Envidaremos e estudar a viabilidade são palavras que qualquer linguista dirá que no FUTURO PENSAREMOS NISSO. Frases para encher, num documento de tamanha importância não é uma forma séria de fazer política, fazendo que anda mas não é para fazer.”

---O vogal João Filipe apresentou a seguinte declaração de voto:

O voto de aprovação que os documentos em apreço mereceram da bancada do Partido Socialista não representa, naturalmente, uma a uma a anuência e aprovação de todas as opções propostas. Da nossa parte, algumas há que seriam bem diferentes e outras necessidades concelhias há, que não são consideradas como prioritárias quando, na nossa perspetiva, o deviam ser.

O voto de aprovação reflete, isso sim, não só a melhoria da forma como os documentos estão estruturados facilitando uma melhor leitura e compreensão dos mesmos, se bem se lembram, há poucos anos atrás, eram praticamente documentos ininteligíveis, apesar do bom português da redação, mas também e sobremaneira pelo facto de que pela primeira vez foram consideradas para inclusão e incluídas, propostas do Vereador do Partido Socialista, Nuno Barreta, no Executivo Municipal.

Este sinal de sentido democrático, considerando e aceitando que também a oposição tem ideias válidas e boas para o concelho de Mação, leva-nos a aprovar os documentos. Ficamos, assim, na expectativa de que o Futuro do concelho de Mação não esteja somente dependente das ideias dos Responsáveis do momento pela gestão autárquica, mas antes se considerem como válidas e merecedoras de ponderação todas quantas as ideias que surjam, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos maçaenses.

Outro dos aspetos relevantes continua a ser a imputação de despesas a rubricas não descritas, como é o caso das despesas de capital em que “ Outros” representa cerca de 70% (+/- 2.700.000€) do valor global (+/- 4.000.000€).”

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta de fixação de taxa de Direitos de Passagem.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a Câmara propõe a não aplicação de taxa municipal de Direitos de Passagem, ou seja, uma taxa de 0%, fazendo com que os munícipes deste concelho não tenham um agravamento nas suas faturas de comunicações, uma vez que as operadoras fazem refletir nas faturas dos clientes, esta taxa.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a Junta de Freguesia de Envendos solicita apoio para a obra de beneficiação dos sanitários públicos de Envendos, localizados no edifício da Junta de Freguesia e que se encontram em muito mau estado, que tem um custo de 6.800,00€ (seis mil e oitocentos euros) e a Câmara entendeu que, dada a especificidade própria desta obra, que tem a ver com saúde pública, higiene e salubridade, a Câmara possa apoiar o solicitado em 50%.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**

Os vogais Carla Loureiro e José Fernando Martins saem da sessão por serem parte interessada no assunto a deliberar. Já sem a presença dos dois vogais, o Sr. Presidente informou que esta proposta de apoio tem a ver com um muro que foi reabilitado entre o lote da União de Freguesias e o lote onde está instalado o Centro de Formação de Mação. Mais informou que, em 2017, a Câmara tinha assumido o compromisso de apoiar a União de Freguesias naquela obra após a realização da mesma o que se veio a verificar agora pelo que a Câmara propõe um apoio em 50% do seu custo, num

montante de 2.169,72€ (dois mil, cento e sessenta e nove euros e setenta e dois cêntimos), de acordo com o compromisso previamente assumido.

-- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Os vogais Carla Loureiro e José Fernando Martins voltam a entrar na sessão.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----